

A IMPRENSA REPUBLICANA NA DEFESA DAS ELITES: O PAIZ E A REVOLTA DA CHIBATA DE 1910

THE REPUBLICAN PRESS DEFENDING THE ELITES: O PAIZ AND THE REVOLT OF THE LASH OF 1910

Guilherme Bohn dos Santos*

Resumo: Nas rupturas observadas na política brasileira na passagem do século XIX para o XX, a mídia se tornou um importante universo formador de opinião pública e também objeto de disputas de poder nas quais a “palavra impressa” constituía força ideológica. A presença de alguns nomes de relevância política nos espaços da comunicação ajudam a entender a importância desses impressos para o meio diplomático do país. No Rio de Janeiro, o Jornal O Paiz, fundado em 1884, teve grande participação nas defesas e na legitimação da causa republicana encontrada na elite nacional. No final de 1910, O Paiz, que havia tomado partido da campanha de Hermes da Fonseca, se propôs a cobrir as movimentações da Revolta da Chibata, levante montado e efetuado por marinheiros subalternizados nos navios da Marinha. O que se observou disso, foi, ao mesmo tempo, uma defesa do poder público e da ala militar pelo periódico, e a condenação das ações dos agentes da revolta.

Palavras-chave: Revolta da Chibata; Imprensa; Primeira República; O Paiz.

Abstract: In the ruptures observed in Brazilian politics from the late 19th to the early 20th century, the media became a significant influencer of public opinion and a power battleground where the "printed word" constituted an ideological force. The presence of certain politically relevant figures in the communication sphere helps to understand the importance of these publications in the country's diplomatic environment. In Rio de Janeiro, the newspaper O Paiz, founded in 1884, played a major role in advocating and legitimizing the republican cause embraced by the national elite. By the end of 1910, O Paiz, which had sided with Hermes da Fonseca's campaign, undertook to cover the movements of the Revolta da Chibata (either called “Revolt of the Whip” and “Revolt of the Lash”), an uprising orchestrated and carried out by subalternized sailors in the Navy's ships. What was observed was, simultaneously, a defense of the public authorities and the military faction by the periodic and the condemnation of the actions of the rebellion's agents.

Keywords: Revolt of the Lash; Press; First Republic; O Paiz.

* Graduando em História Licenciatura pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), tem experiência nas áreas de História Antiga e Recepção dos Clássicos na modernidade. Pesquisa atualmente os usos e adaptações do passado antigo na obra literária do escritor argentino Jorge Luis Borges.

INTRODUÇÃO

O Brasil do final do século XIX foi palco de diversas propostas e efetivas transformações políticas, sociais e econômicas. Da crise monárquica ao crescente espalhamento dos movimentos abolicionistas e à maior profusão de ideais liberais, a multifacetada transição Monarquia-República, representada pela Proclamação do dia 15 de novembro, é tida pela historiografia tradicional como um importante marco de tal recorte temporal. O republicanismo no Brasil, que esteve em debate nos meios intelectuais e diplomáticos do país desde pelo menos 1870 com o Manifesto Republicano assinado por membros do Partido Liberal do Rio de Janeiro, ganhou grande adesão por parte da elite brasileira nas últimas décadas do mesmo século. Além da oposição direta ao regime monárquico, após o ano de 1889, os republicanos brasileiros se viram empenhados em não somente defender mas também em legitimar as causas da República. Neste amplo contexto, marcado por uma miríade de pensamentos, embates e controvérsias, a imprensa se tornou um domínio fundamental para o espalhamento de notícias, teses, propagandas, críticas e apoios. Vale lembrar que diversos nomes que se empenharam na carreira política estiveram envolvidos nos meios da imprensa ou foram jornalistas de profissão, como foi o caso de Quintino Bocaiúva, Ruy Barbosa e Silva Jardim (Pessanha, 2006).

Em meio a este arrazoadado de embates políticos, se deu a fundação do jornal *O Paiz* em 1884 pelo Conde de São Salvador de Matosinhos, título do português João José dos Reis Junior, na cidade do Rio de Janeiro, capital do Império. O primeiro redator-chefe foi Ruy Barbosa, tendo permanecido por pouco tempo no cargo, foi substituído por Quintino Bocaiúva ainda no primeiro ano. Apesar de o periódico chegar ao público como não partidário e anunciando um jornalismo neutro em suas primeiras edições, logo, *O Paiz* se tornou um dos maiores porta-voz e propagandistas da República. Tal alegação, a de um aspecto de imparcialidade, pode ser vista como uma estratégia para maior alcance de interação e apoio de setores liberais ou abolicionistas não republicanos, por exemplo. Bocaiúva, republicanista de vertente evolucionista, permaneceu como redator-chefe até 1899, quando se retirou para se dedicar à candidatura à presidência do Rio de Janeiro. Em 1901 desligou-se da direção do *Paiz* (Pessanha, 2006; Luca; Martins, 2012; Brasil, 2015).

Nos anos sucedentes, *O Paiz* aumentou sua tiragem. Sempre mantendo forte reconhecimento e influência, trouxe em suas edições durante anos o slogan: “*O Paiz* é a

folha de maior tiragem e maior circulação na América Latina” (Brasil, 2015). O nome de frente que substituiu Quintino Bocaiúva no comando do periódico foi o de João de Souza Lage, que recuperou o jornal de uma crise financeira. É importante citar que Bocaiúva foi uma figura de nome significativo no processo da Proclamação da República, entre outros desdobramentos, por encabeçar certa aproximação entre republicanos e militares na deposição da Monarquia. Além disso, Quintino foi partidário de Floriano Peixoto (Lemos, 2011; Camelo, 2012). De forma semelhante, Laje, na campanha política de 1910, se opôs à Campanha Civilista de Ruy Barbosa e declarou apoio aberto à corrida de Hermes da Fonseca, marechal do exército (Brasil, 2015). A partir disso, portanto, percebe-se que, desde antes do fim da Monarquia e até pelo menos as primeiras décadas da República, *O Paiz* expressou certa simpatia e alinhamento com as movimentações propostas pela ala militar em suas páginas.

Tendo o já exposto em mente, a proposta do presente artigo, portanto, situa-se na intenção de analisar e demonstrar as representações presentes no jornal *O Paiz* acerca da chamada “Revolta da Chibata”¹ de 1910. Para tal fim, como recorte documental, foi escolhida a edição impressa no dia 27 de novembro de 1910, ANNO XXVII, nº 9549, na qual figura como capa e tema central do jornal os desfechos dos movimentos dos dias anteriores. Sendo tradicionalmente atribuído o “clímax” da revolta entre os dias 22 e 26 do mesmo mês e ano, o dia 27, portanto, é o primeiro após a concessão da anistia aos agentes do movimento. O documento utilizado como fonte neste trabalho, foi a versão digitalizada pela Hemeroteca da Biblioteca Nacional disponível em acervo online.

A IMPRENSA DA PRIMEIRA REPÚBLICA

A historiadora Tania Regina de Luca, percorrendo sobre o uso de jornais como fontes de pesquisa, aponta que até a década de 1970 os periódicos foram tratados com certo ceticismo ou desprezo pelos historiadores por diferentes motivos. Entre eles, por serem considerados como simples recurso estatístico, fonte de fatos “prontos”. Contudo, dentre as transformações epistemológicas manifestadas no século XX e com as novas perspectivas da chamada Nova História, sobretudo a partir dos anos de 1970, a crítica

¹ A Revolta da Chibata, ocorrida entre os dias 22 e 26 de novembro de 1910, foi um movimento de protesto e resistência organizado e executado por marinheiros, em sua maioria negros libertos, contra o Governo Brasileiro e a Marinha nacional devido às péssimas condições de trabalho nos navios e o contínuo uso dos castigos físicos. Na ocasião, tomando posse de embarcações oficiais por rebelião, os agentes da revolta realizaram movimentos na Baía de Guanabara enquanto apontavam os canhões dos navios contra o palácio presidencial. A revolta terminou na redenção e consequente prisão dos marinheiros, mas com a abolição dos castigos físicos (Nascimento, 2020).

A imprensa republicana na defesa das elites

documental passou a observar com maior atenção as fontes jornalísticas (Luca, 2008). Para além de assumir os periódicos como simples meio de divulgação imparcial ou fonte de números e dados, é de crucial importância olhar para tais documentos como meio de popularização e espalhamento de discursos e ideologias representadas por seus respectivos responsáveis. Bem como, perceber uma forma de diálogo e representação da realidade do contexto conforme as significações socioculturais dos agentes (Pessanha, 2006; Luca, 2008).

Na imprensa brasileira da jovem República, a “civilização” que buscava estampar seu esforço em direção ao progresso, se dedicou, entre outras tarefas, a exibir a *Belle Époque* nacional. As inovações tecnológicas e a reprodutibilidade técnica permitiram aos jornais a otimização de suas impressões, isto é, maior tiragem com menor custo. Dado a isso, aumentou-se também a influência que poderia exercer o meio nos domínios econômicos, sociais, políticos e religiosos (Luca; Martins, 2012). A ação da imprensa, nesse período, significativamente atrelada à vida política, não mediu esforços em levar a seu público-alvo propagandas e defesas dos governos. A “palavra impressa” não parou por aí, mas se tornou também objeto de disputa conforme os interesses diplomáticos. Em consequência, se observou um grande número de censuras e retaliações a diversos jornais nas primeiras décadas da República. A imprensa viria a se transfigurar, ao mesmo tempo, como um mercado e ferramenta de poder na formação de opiniões públicas: “Escrever na imprensa tornou-se não apenas uma fonte de renda, mas também instrumento de legitimação, distinção e mesmo poder político” (Luca; Martins, 2012, p. 96).

Esse foi precisamente o caso do jornal *O Paiz*, nos anos finais do regime monárquico, o periódico se tornou meio de intensa propagação de ideais republicanos e expressou forte defesa às correntes abolicionistas (entende-se aqui as de cunho institucional representadas pela classe política)². O nicho da imprensa no qual se encontrava o periódico buscou justamente pregar o progresso e o cientificismo no desenvolvimento nacional, em detrimento da antiga ordem escravista representada por

² Diferente do abolicionismo de agremiações e lutas empreendidas por homens e mulheres negras em espaços públicos, pautados em suas experiências enquanto sujeitos racializados, escravizados e/ou libertos, tal qual o caso de Luiz de Gama, o abolicionismo que *O Paiz* tomava partido era um movimento branco, de cunho paternalista, positivista e civilizador, representado por nomes como o de Joaquim Nabuco, que alegava a incapacidade da raça negra de se libertar e enxergava no fim da escravatura um progresso nacional de cunho social-econômico conforme o interesse dos senhores e da elite nacional. Discussões aprofundadas sobre a multiplicidade e contradições dos abolicionismos brasileiros da segunda metade do século XIX aparecem em Azevedo (1987) e Pinto (2014). Vale ressaltar que, de fato, Joaquim Nabuco, Quintino Bocáiuva e Rui Barbosa, defensores de tal abolicionismo branco, integraram diretamente a redação e a direção de *O Paiz* (Camelo, 2012).

um poder moderador imperial. Após a Proclamação da República, esse compromisso não cessou. De acordo com Fabiano da Silva Camelo (2012), depois de 1889, *O Paiz* cedeu espaço para que homens da elite brasileira, como engenheiros, advogados e médicos, produzissem discursos de cunho civilizador e disciplinador nos espaços públicos. Assim, o jornal “nessa nova fase [...] mostrará através de suas páginas a influência do seu novo poder, agora constituído e resguardado pelo novo governo, que aos poucos dominará os campos políticos, econômicos e sociais” (Camelo, 2012).

A MARINHA, OS CASTIGOS FÍSICOS E A DISCIPLINA

Presente nas forças navais portuguesas desde o final do século XVIII e adotado pela Marinha brasileira durante o século XIX e começo do século XX, os chamados Artigos de Guerra constituíram um documento que previa estabelecer uma espécie de “código penal” para crimes e transgressões ocorridos a bordo dos navios nacionais (Camelo, 2012, p. 32). Dentre as punições previstas estavam os castigos físicos como as chibatadas, formas de disciplinamento que se tornaram comuns no mundo militar marítimo. Dentre as causas de tais penas corretivas estavam atitudes ditas “indisciplinadas”, como jogos e bebedeiras. Esse fenômeno, que se observou dentro das embarcações durante muitos anos, têm, em algum nível, ligação com o sistema de recrutamento exercido pelas forças armadas brasileiras: além da admissão de voluntários para preenchimento do corpo previsto, eram forçados a embarcarem aqueles considerados desocupados, pobres, “marginais” e por último, mas não menos importante, negros libertos (Camelo, 2012).

Ao longo da metade final do século XIX, entretanto, parece ter havido uma diminuição progressiva do uso desse método e, por sua vez, crescido o número de entradas de jovens através das Escolas de Aprendizes Marinheiros, muitas vezes indicados pelos pais para efeitos educativos. Por outro lado, para a formação direta de jovens oficiais, a Escola Naval (não confundir com a Escola de Aprendizes Marinheiros)³ somente aceitava jovens de 14 a 18 que fizessem parte da elite nacional (Nascimento, 2020, p. 66-68). Dessa forma, diminui-se a distância e intensifica-se a desigualdade entre os aprendizes e trabalhadores, de maioria negra, e os oficiais “superiores”. Nas palavras de Alvaro Pereira do Nascimento, “não era um equívoco afirmar que a Marinha mais

³ Enquanto a Escola Naval previa a formação de jovens para o oficialato dos navios, requerendo fidalguia e a compra de um caro enxoval para ingresso, a Escola de Aprendizes Marinheiros recebia jovens de no mínimo 12 anos, órfãos ou entregues por pais empobrecidos, para cumprir os serviços braçais nas embarcações em troca de pagamentos baixos.

A imprensa republicana na defesa das elites

parecia uma fazenda de poucos senhores, os brancos no oficialato, e repleta de negros escravizados nos postos de grumete, marinheiro, cabo e sargento” (Nascimento, 2020, p. 65).

Além disso, as condições que envolviam todas as atividades de trabalho e a vivência em si dentro dos navios no período também eram cumulativos ao processo de insatisfação e infelicidade dos marinheiros. As viagens, que duravam vários dias, dependiam quase exclusivamente do carvão para abastecimento das caldeiras. As reservas de água potável e de mantimentos, por sua vez, ditavam a qualidade de vida conforme o decorrer das jornadas. Os alimentos frescos não tinham onde ser armazenados, durando poucos dias. A água se tornava um elemento de múltiplas funções a bordo. Além do banho, que ficava cada vez mais escasso, o calor excruciante requeria que os marinheiros se refrescassem durante o serviço; mas a mesma água que aliviava, transformava-se em foco de disseminação de doenças no ambiente das embarcações (Nascimento, 2019; Almeida, 2012). Ao passo que o trabalho era intenso, a saúde se deteriorava. De acordo com Almeida (2012, p. 19) no navio Bahia, encomendado pela Marinha brasileira e comissionado em 1910, os marinheiros recebiam apenas 3 refeições ao longo do dia. Em seu tempo livre, entre as 18h e 21h, buscavam distrair-se com diferentes jogos e atividades, após isso recebiam o toque de recolher para que se deitassem. Tais marinheiros, categorizados como os mais inferiores na hierarquia da Marinha, recebiam vinte mil réis de soldo, cem mil a menos que os trabalhadores dos navios mercantes (Almeida, 2012, p. 19).

Entretanto, as dificuldades encontradas não se limitavam aos problemas materiais dado a falta de modernização das embarcações, somando-se ao processo, a questão racial foi diretamente fonte clara de desprezo aos trabalhadores subalternizados. Em relato publicado na Europa de forma clandestina em 1911, o ex-oficial Macedo Soares condena abertamente a “Revolta da Chibata” que estourara no ano anterior. Escreve: “Profundamente alheios a qualquer noção de conforto, os nossos marinheiros se vestem mal, não sabem comer, não sabem dormir. Imprevidentemente preguiçosos, eles trazem da raça a incapacidade de progredir” (UM OFICIAL... 1911 *apud* Almeida, 2012, p. 18-19). Conforme discutido por Lélia Gonzalez (1979, p. 8), o racismo, “enquanto construção ideológica e um conjunto de práticas — passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravatura, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses”. Entre tais interesses, está o da otimização da lógica produtiva capitalista

pela divisão e hierarquização do trabalho em classe, gênero e raça. Nesse sentido, discursos elaborados a fim de manter o status do sistema de produção determinaram o negro como mão de obra naturalmente inferior (Gonzalez, 1979, p. 11). A atribuição de “características próprias da raça”, como preguiça, infantilidade, morosidade e irresponsabilidade ao negro, são claramente visíveis em elóquios como o de Macedo Soares se remetendo ao trabalho nos navios.

No dia 22 de novembro de 1910 estouraria a Revolta da Chibata. O movimento que foi organizado por diferentes marinheiros, em sua maioria de pele negra, foi liderado por João Cândido Felisberto, o “Almirante Negro”, experiente capitão e navegador da marinha brasileira. A insurreição, ocorrida sete dias após a posse do Marechal Hermes da Fonseca na presidência do Brasil, teve como um de seus estopins o castigo de 200 chibatadas aplicadas ao marinheiro Marcelino anteriormente na mesma semana. Ainda assim, a sistematização e planejamento do que viria acontecer naquele dia, se desenvolvia já há alguns anos.⁴ Durante cinco dias, até 26 de novembro de 1910, os homens envolvidos na luta de resistência se recusaram a atracar os navios recém encomendados da Inglaterra na costa nacional, e se mantiveram realizando movimentações de guerra na Baía de Guanabara enquanto buscavam negociar um acordo que pusesse fim aos castigos físicos dentro das embarcações brasileira. A Revolta da Chibata terminou pela rendição dos agentes e consequente prisão dos envolvidos, diversos foram mortos no processo (Nascimento, 2010).

O PAÍZ E A REVOLTA DA CHIBATA

Na edição N° 9549 do ANNO XXVII, *O Paiz* decidiu dedicar suas primeiras páginas a cobrir os recentes ocorridos da Revolta da Chibata. O dia era 27 de novembro de 1910, um domingo em que celebravam com “alívio” a “paz” alcançada com o encerramento dos movimentos dos revoltosos. No dia anterior tinha sido firmado o acordo de anistia e consequente rendição dos marinheiros a bordo. Essa resolução, tomada como medida emergencial, estaria longe de representar o fim da luta dos marinheiros e muito menos o

⁴ De acordo com Nascimento (2020), pequenos movimentos revoltosos começaram a surgir desde 1890, ano em que os castigos físicos, após abolidos em 1889, voltaram ao ambiente da marinha por decreto de lei. Como exemplos, uma ação de resistência às punições corporais ocorreu no Rio Grande do Sul sob a forma de denúncia a um jornal local, e uma outra tentativa de levante ocorreu em 1902 no navio de guerra Deodoro no caminho entre Rio de Janeiro e Salvador. Para o autor, no caso específico da Revolta da Chibata, o processo de organização teve início após 1908, quando João Cândido e outros marinheiros empreenderam uma série de viagens ao Reino Unido para treinamento de condução. A partir daí, “comitês” internos passaram a planejar as primeiras formas do que viria ser a revolta de 1910.

A imprensa republicana na defesa das elites

de seus castigos e perseguições, mas para *O Paiz*, aquela revolta feita “em voz muito grossa”, tinha chegado ao fim com a entrega dos navios de volta à Marinha brasileira. O fator principal da discussão elaborada pelo jornal foi o abalo que sofreu o poder público diante da movimentação dos navios, que se viu obrigado a ceder ao que pediam os marinheiros. A primeira frase da folha foi a seguinte:

O fim. Enfim, estamos em paz. A marinhagem sublevada, que durante três dias angustiou a população com ameaças de bombardeio, depoz as armas, recebendo com jubilo o representante da autoridade legal (*O Paiz*, 1910, p. 1).

No esforço de comoção, o jornal utilizou-se de palavras como “humilhação”, “dor” e “vergonha” para exprimir o sentimento que atribuiu à população brasileira. A partir disso, tomou a luta dos embarcados como reclamação direta ao governo em posse e aos cidadãos eleitores.

Passara o risco das hostilidades de bordo, mas o poder publico do Brazil soffrera com essa concessão generosa um golpe profundo no seu prestígio. [...] Não havia, com effeito, razão para esse contentamento. A triste verdade é que a autoridade publica fôra obrigada a capitular (*O Paiz*, 1910, p.1).

Entretanto, conforme relata Fabiano da Silva Camelo (2012), o requerimento e a movimentação dos marinheiros, quase que em sua totalidade negros libertos ou filhos de ex-escravos, foi resultado de reclamações de muitos anos não atendidas. Portanto, o desencadeamento da revolta em si não foi uma rápida organização de oposição política. Neste sentido, contrário ao que estampou *O Paiz*, a Revolta da Chibata não pretendeu expressar um golpe ou ataque civilista especificamente contra o governo de Hermes da Fonseca (Camelo, 2012, p. 47).

É inepto andar a procurar vocabulos doces para assucarar esta pilula impregnada de fel. Tivemos que nos subordinar á fatalidade das circumstancias (*O Paiz*, 1910, p.1).

Além disso, chama atenção também a indignação do periódico acerca das decisões tomadas e da efetiva ação do Governo e das forças militares sobre a Revolta. Defendendo com vaidade o governo republicano militarista, cobrou o grupo por sua estagnação diante do que se presenciava nas redondezas da Baía de Guanabara. O trecho a seguir é ilustração disso:

O nosso papel não podia ser nesse lance senão o de apoio á vontade dos poderes constituídos da Nação. Se o Congresso e o marechal Hermes reconheciam a necessidade de se resolver, por qualquer forma, sem attender a pruridos do decoro institucional, a grave situação creada pela rebeldia dos marinheiros, não nos cumpria, como amigos desinteressados do governo, senão secundar a sua tactica pacificadora (O Paiz, 1910, p.1).

O nome de frente do *Paiz* no período, João de Souza Lage, não se deteve em manifestar simpatia aos governos durante sua carreira jornalística. Contou com a ajuda direta do poder público no impulsionamento do periódico, chegando a afirmar que só precisaria de 22 leitores para a folha: o Presidente da República e os 21 governadores (Camelo, 2012, p. 29). O *Paiz* e a imprensa republicana geral, se exprimiram como uma espécie de produto de aluguel ditado pela intenção da política que mais pagasse “o poder desse veículo e sua influência nas pessoas da política do país acabou criando inúmeras representações com o objetivo de negativizá-los ou positivá-los perante a sociedade” (Camelo, 2012, p. 29).

Nessas afluências é que se entende as proposições elaboradas pelo *Paiz* acerca da Revolta da Chibata. A defesa das elites, sobretudo as ligadas diretamente à vida política, foi o que buscou construir a partir da escolha de palavras. O jornal carioca, tanto por alinhamento às lideranças republicanas quanto às militares, não se esforçou muito em conter manifestações abertas. Os intentos de “imparcialidade” de seus primeiros dias estavam longe de ainda fazerem algum sentido.

No discurso redigido e presente na tiragem do *Paiz*, buscou-se condenar as ações dos revoltosos e também manifestar a necessidade de controle sobre os corpos e as ações dos marinheiros, considerados sublevados. De forma extremamente breve e não detalhada, as chibatadas, a insalubridade, os irrisórios soldos, a imposição de disciplina e a infelicidade geral dos trabalhadores foram assumidas como motivo justo para a causa da revolta pelos redatores do *Paiz*. Ainda assim, a resistência dos marinheiros e sua luta foram vistas como maiores do que o necessário pelo jornal na tentativa de deslegitimar as “ameaças” empreendidas por João Cândido e seus companheiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a intelectual antirracista Sueli Carneiro (2005), a abolição da escravatura não representou a liberdade para o sujeito negro no Brasil, mas “configurou um dispositivo de racialidade encarregado de estabelecer a nova configuração social do projeto de modernização do país que a República emergente continha [...]” (Carneiro, p. 149, 2005).

A imprensa republicana na defesa das elites

Nesse sentido, as conjunturas decorrentes do pós-abolição, que se estenderam durante várias décadas da história do Brasil e se encontram presentes até hoje, não foram motivos suficientes para que o periódico analisado se restringisse e deixasse de promulgar sentenças aos “monstros marítimos”. Bem como, não foi justificativa considerável que corpos negros estivessem sob constante vigilância e penas físicas, apesar de proibidas em terra firme.

Promulgado oficialmente pelo poder público em 13 de maio de 1888, o suposto “fim” da escravidão no território nacional teve como pano de fundo as mais variadas formas de luta encabeçadas pelos cativos negros e pessoas envolvidas no esforço ao longo de séculos. De acordo com Lélia Gonzalez, até 1888, 90% das pessoas de cor já se encontravam em situação de liberdade e economicamente ativas graças a ações diretas de resistência (Gonzalez, 2020, p. 7). Entre tais ações e recursos, são exemplos as negociações, o requerimento ao argumento da lei, a elaboração de tratados/abaixo assinados, as fugas, a fraude de documentos, a criação de clubes abolicionistas, os movimentos educadores, as comunidades quilombolas, a fundação de jornais independentes, etc. (Soares; Lima; Conceição, 2019; Pinto, 2014). O uso do termo “suposto”, aqui, faz o papel de indicar que a abolição não representou uma ruptura, pelo contrário, seus moldes continuaram reproduzidos em diferentes meios, o universo da marinha foi um claro exemplo disso. A revolta empreendida pelos marinheiros em 1910 representou um ponto de erupção de lutas decorrentes das estruturas que se desenvolveram e se consolidaram no pós-abolição. Os movimentos de oposição e combate ao regime escravista foram constituídos a partir de caráter histórico-social das lutas negras, e não surgiram espontaneamente da boa vontade das elites brancas brasileiras baseadas em correntes intelectuais progressistas (Pinto, 2014). Célia Maria de Azevedo relata que o domínio institucional da temática, repousou “na definição do escravo como um ente passivo e isolado, sem condições de chegar por si só a uma consciência de sua situação de explorado e oprimido, por força de sua própria posição estrutural” (Azevedo, 1987, p. 219).

O que se fez relatar *O Paiz*, portanto, compõe uma forma de apagamento do negro como agente social e indivíduo historicamente dotado de subjetividade. Ao voltar sua atenção ao poder público republicano e às medidas que este tomou diante das ações dos marinheiros, o jornal deixou de lado as raízes que levaram ao estopim da revolta. O orgulho ferido e o sentimento de vergonha da classe dominante nacional foram mais importantes

que o atendimento às reclamações dos embarcados. Foi por causa disso que na edição do dia 27 de novembro de 1910, *O Paiz* construiu uma narrativa que buscou expressar o alcance de plenitude, termo que, naquele momento, só faria sentido para as elites e classes às quais se direcionava o jornal.

FONTES PRIMÁRIAS

O PAIZ. *Revolta dos Marinheiros: Submissão dos revoltados*. ANNO XXVII - Nº 9549, Rio de Janeiro, 1910. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1910_09549.pdf. Acesso em: 16 nov. 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Sílvia Capanema P. de. Corpo, saúde e alimentação na Marinha de Guerra brasileira no período pós-abolição, 1890-1910. *História, Ciências, Saúde - Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.19, supl., dez. 2012, p.15-33.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BRASIL, Bruno. *O Paiz*. Biblioteca Nacional Digital. Rio de Janeiro, 02 de abril de 2015. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/artigos/o-paiz/>. Acesso em: 9 jul. 2022.

CAMELO, Fabiano da Silva. *A construção do noticiário: “A Revolta dos Marinheiros de esquadra” sob o olhar do jornal O Paiz (1893-1910)*. Monografia (Bacharelado e Licenciatura em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR. Curitiba, 2012.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. In: RIOS, Flávia (org). *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Zahar, 2020.

LE MOS, Renato. *Quintino Bocaiúva*. Verbete. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2011.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-153.

LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (org.). *História da Imprensa no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. A Revolta da Chibata e seu centenário. *Perseu: História, Memória e Política*, v. 1, p. 11-41, 2010.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. João Cândido, o Mestre Sala dos Mares: Trabalho e cotidiano na vida marítima dos marinheiros da belle époque. *Almanack*, [S. l.], n. 21, p. 358-403, 2019. DOI: 10.1590/2236-4633.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. *João Cândido: o mestre sala dos mares*. Niterói: Eduff, 2020. ebook.

PESSANHA, Andréa Santos da Silva. *O Paiz e a Gazeta Nacional: Imprensa republicana e abolição. Rio de Janeiro, 1884-1888*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, UFF. Niterói, 2006.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Forte laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, São Paulo. 326 p. 2014.

SOARES, José de Lima; LIMA, Karoline Martins de; CONCEIÇÃO, Ludmila Jardim. Resistência negra e pós abolição no Brasil. *Emblemas* (UFG. Catalão), v. 16, n. 2, p. 82-94, 2019.

Recebido em: 17/11/2023

Aprovado em: 23/04/2024